

**Irmandade de Misericórdia do Hospital da
Santa Casa de Monte Alto**

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de
2021 e de 2020, e o relatório dos auditores
independentes**



Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-063-2022

Ribeirão Preto SP, 4 de março de 2022.

À
Irmadade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto
Monte Alto SP

Atenção do Senhor **Roberto Afonso Colatreli**
Diretor

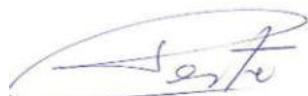
Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Pedimos a gentileza de nos encaminhar a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores



José Paulo de Castro
Diretor

Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020,
e o relatório dos auditores independentes**

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos Cotistas e Diretores da
Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto
Monte Alto SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

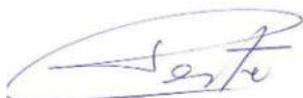
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 25 de fevereiro de 2022.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



José Paulo de Castro
CRC 1SP145661/O-2

Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo				Passivo			
Circulante		19.128.491	20.358.790	Circulante		12.721.858	12.435.846
Disponível	5	12.343.500	14.593.197	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	3.440.219	3.372.657
Realizável		6.784.991	5.765.593	Provisão de prêmio/ contraprestação não ganha - PCNG		886.085	906.835
Aplicações financeiras	6	2.878.108	2.148.869	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		49.115	51.038
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		2.878.108	2.148.869	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assist.		2.130.274	2.326.410
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	7	140.528	265.896	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		374.745	88.374
Contraprestações pecuniárias a receber		138.027	263.795	Débitos de operações assist. à saúde		277	-
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		2.501	2.101	Outros Debitos de Operacoes com Planos de Assistencia		277	-
Créditos de oper.de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	8	1.090.734	810.262	Débitos com oper. de assist. à saúde não rel. com planos de saúde da operadora	12	1.241.638	1.098.664
Bens e títulos a receber	9	2.316.930	2.209.422	Tributos e encargos sociais a recolher		294.063	312.487
Despesas antecipadas		358.691	331.144	Empréstimos e financiamentos	13	728.906	774.302
				Débitos diversos	14	7.016.755	6.877.736
Não circulante		13.464.065	11.886.390			466.000	466.000
Realizável a longo prazo		109.172	109.171	Não circulante		466.000	466.000
Depósitos judiciais e fiscais		109.172	109.171	Provisões		466.000	466.000
Imobilizado	10	13.351.041	11.777.219	Provisões para ações judiciais	15	466.000	466.000
Imóveis de Uso Próprio		6.263.985	5.268.906				
Hospitalares		6.263.985	5.268.906	Patrimônio líquido		19.404.698	19.343.334
Imobilizado de uso próprio		6.614.744	5.551.065	Patrimônio social		15.824.321	9.124.403
Hospitalares		4.940.089	3.952.861	Reservas		3.433.544	3.519.014
Não hospitalares		1.674.655	1.598.204	Reserva de doações patrimoniais		652.667	652.667
Imobilizações em curso		472.312	957.248	Reserva de reavaliação		2.780.877	2.866.347
Intangível		3.852	-	Superávit acumulado		146.833	6.699.917
Total do ativo		32.592.556	32.245.180	Total do passivo e do patrimônio líquido		32.592.556	32.245.180

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	Nota	2021	2020
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		41.013.924	38.348.569
Ingressos com operações de assistência à saúde		41.013.924	38.348.569
Ingressos com operações de assistência à saúde		41.013.924	38.348.569
Eventos indenizáveis líquidos / sinistros retidos		(36.009.362)	(28.769.987)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados		(35.722.991)	(28.897.575)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		(286.371)	127.588
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		5.004.562	9.578.582
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde		2.965	1.960
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	19	22.362.509	17.430.898
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar		3.004.575	1.358.718
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar – SUS		10.045.099	8.453.950
Outros ingressos/ receitas operacionais		9.312.835	7.618.230
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(1.186.761)	(398.532)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(306.071)	(290.272)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		-	-
Provisão para perdas sobre créditos		(880.690)	(108.260)
Outros dispêndios/ despesas operac. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	20	(13.115.560)	(9.635.567)
Resultado bruto		13.067.715	16.977.341
Dispêndios/ despesas de comercialização		(92.351)	(60.116)
Dispêndios/ despesas administrativas	21	(13.390.260)	(10.484.617)
Resultado financeiro líquido	22	443.094	182.145
Ingressos/ receitas financeiras		627.879	302.124
Dispêndios/ despesas financeiras		(184.785)	(119.979)
Resultado Patrimonial		33.165	32.449
Ingressos/ receitas patrimoniais		34.454	33.568
Dispêndios/ despesas patrimoniais		(1.289)	(1.119)
Resultado antes dos impostos e participações		61.363	6.647.202
Superávit do exercício		61.363	6.647.202

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit líquido do exercício	<u>61.363</u>	<u>6.647.202</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>61.363</u></u>	<u><u>6.647.202</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

	Patrimônio social	Reserva de doações patrimoniais	Reserva de reavaliação	Superávit acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	4.082.497	652.667	2.919.062	5.041.907	12.696.133
Transferência do superávit acumulado	5.041.907	-	-	(5.041.907)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(52.715)	52.715	-
Superávit do exercício	-	-	-	6.647.202	6.647.202
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.124.404	652.667	2.866.347	6.699.917	19.343.335
Transferência do superávit acumulado	6.699.917	-	-	(6.699.917)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(85.470)	85.470	-
Superávit do exercício	-	-	-	61.363	61.363
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.824.321	652.667	2.780.877	146.833	19.404.698

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(+) Recebimentos de planos de saúde	40.950.205	37.995.903
(+) Resgate de aplicações financeiras	60.885.344	70.214.856
(+) Recebimentos de juros de aplicações financeiras	597.663	320.068
(+) Outros recebimentos operacionais	18.454.497	15.163.363
(-) Pagamentos a fornecedores / prestadores	(41.098.694)	(31.346.131)
(-) Pagamentos de pessoal	(13.470.315)	(11.046.529)
(-) Pagamentos de serviços de terceiros	(1.929.936)	(1.497.730)
(-) Pagamentos de tributos	(24.370)	(44.401)
(-) Pagamentos de contingências trabalhista	(232.500)	(24.769)
(-) Pagamentos de aluguel	(13.280)	(14.480)
(-) Pagamentos de promoção / publicidade	(331.066)	(256.222)
(-) Aplicações financeiras	(60.015.071)	(73.883.135)
(-) Outros pagamentos operacionais	(1.704.955)	(1.328.134)
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>2.067.522</u>	<u>4.252.659</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(+) Recebimentos de Venda de Ativo Imobilizado - Outros	-	5.000
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	(1.884.867)	(1.796.340)
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - outros	(793.480)	(1.837.703)
(-) Outros Pagamentos das atividades de investimento	-	-
Caixa líquido das atividades de investimento	<u>(2.678.347)</u>	<u>(3.629.043)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
(+) Recebimentos de Empréstimos e Financiamentos	8.308.046	8.458.185
(+) Outros Recebimentos de Atividade de Financiamento	-	-
(-) Pagamentos de Juros e Encargos sobre Empréstimos/Financiamentos/Leasing	-	-
(-) Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(8.356.443)	(8.568.761)
(-) Outros pagamentos de Atividades de Financiamento	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>(48.397)</u>	<u>(110.576)</u>
(=) Variação das disponibilidades	<u>(659.222)</u>	<u>513.040</u>
Demonstração da variação do caixa:		
Saldo disponível no fim do exercício	71.489	730.711
Saldo disponível no início do exercício	730.711	217.671
(=) Variação das disponibilidades	<u>(659.222)</u>	<u>513.040</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

1 Contexto operacional

A Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto é uma Entidade de fins filantrópicos, fundada em 1º de janeiro de 1917, sediada na cidade de Monte Alto – SP. Sua finalidade é manter, administrar e desenvolver a Santa Casa de Misericórdia, bem como receber outros estabelecimentos congêneres para criar ou prestar assistência médico-hospitalar e demais atividades afins a enfermos e acidentados, gratuitamente ou não, criar, constituir ou participar de outras empresas, quando para isso possua os necessários recursos ou quando, com fim especial, lhe sejam feitos legados ou doações e estimular a prática das obras de caridade. As atividades abrangem o atendimento pelo Sistema Único de Saúde nas áreas hospitalar e ambulatorial. Em 29 de abril de 1995, foi criado o Plano de Saúde “SISTEMA VIDA DE SAÚDE”, que para atendimento dos seus usuários utiliza os serviços da Santa Casa de Monte Alto e de uma rede credenciada de médicos e laboratórios.

1.1 Impactos da pandemia COVID-19 nas demonstrações financeiras

A Entidade avaliou os impactos e riscos relativos aos seus negócios causados pela pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19).

A administração da Entidade no sentido de preservar a integridade, a saúde e a segurança de todos os seus colaboradores, tanto no contexto administrativo, como operacional, adotou medidas como: reorganização das áreas da Entidade respeitando o distanciamento mínimo de 1,5 metro entre as pessoas, inclusive com implantação de turnos alternados nos departamentos administrativos, afim de diminuir a concentração de pessoas nesses locais, afastamento de colaboradores em situação de risco, adoção das orientações do Ministério e Secretarias de Saúde, reforço nas higienizações, distribuição de álcool líquido e em gel 70%, distribuição de máscaras de proteção para colaboradores e prestadores de serviços, monitoramento diário dos colaboradores em relação a sintomas, proibições de visitas nos setores de UTI, enfermarias e maternidade, entre outros.

Em relação aos setores destinados à internações em enfermaria e U.T.I. (Unidade de Terapia Intensiva), devido ao aumento das internações, foram necessários, montar mais quatro leitos de UTI, além dos 10 leitos existentes, para atender a demanda nos meses de pico da pandemia. Foi necessário adquirir mais equipamentos, adequações e reformulações, tais como: compra de respiradores, camas, condicionadores de ar, adequação de instalações, aumento de dois novos setores exclusivos para receber pacientes suspeitos ou confirmados com COVID-19, sem aporte de extras financeiros, exclusivamente com recursos próprios, além dos insumos hospitalares que registraram aumento acima de 100%, chegando até 2.000%, pressionando o fluxo financeiro, podendo a Entidade entrar em colapso pela grande demanda diária nessa pandemia, o que gerou desembolso financeiro no que se refere à recursos próprios da Entidade.

No sentido de resguardar a continuidade operacional normal diante das incertezas do momento atual, a administração da Entidade adotou medidas como contenção de despesas das áreas administrativas com orientação aos seus colaboradores através de suas lideranças, reorganização dos estoques com controles diários para minimizar impactos em relação à preços e demanda no mercado, entre outros.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Entidade está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das Entidades de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº 435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 25 de fevereiro de 2022.

b **Mensuração de valor**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Entidade. Todas as informações financeiras foram apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Entidade e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota explicativa nº 10** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 11** - Provisão para eventos ocorrido e não avisados – PEONA e PEONA SUS; e
- **Nota explicativa nº 15** – Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

4 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua

aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.1 Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Entidade para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.2 Passivos financeiros

A Entidade reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

b Disponível

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa. Conforme determinação da ANS em grupo titulado “Disponível”.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado;

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de preço pré-estabelecido e 90 dias para os demais planos. A Administração da Entidade, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Subvenções governamentais

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais:

e1 Subvenções governamentais

Subvenção para custeio: Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.

e2 Subvenção para investimento

Refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

f Imobilizado

f.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

f.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos

construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, deduzidos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

h Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração da Empresa revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Empresa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócios, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

i Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das Entidades de planos de assistência à saúde, a saber:

i.1 Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido. A Entidade não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim, o cálculo “pro rata temporis” dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência.

i.2 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das Entidades de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

i.3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

i.4 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa da ANS nº 209, de 29 de dezembro de 2009, a Entidade deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. A Entidade elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão para constituição da PEONA.

i.5 Outras provisões

Quando aplicável, a Entidade deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Entidades (“DIOPE”), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

j Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

k Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

l Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

n Reserva de reavaliação

A realização da reserva de reavaliação é incorporada diretamente no patrimônio líquido. A reserva será mantida até a sua efetiva realização, conforme opção prevista pela Lei 11.638/2007 e Resolução do CFC 1.152/2009.

o Apuração do superávit ou déficit

As receitas, despesas e custos são registradas conforme o regime de competência dos exercícios.

p Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A demonstração da reconciliação das atividades operacionais entre o método direto e indireto, está demonstrada na nota nº 27.

q Novos pronunciamentos contábeis emitidos e não adotados

O novo Plano de Contas Padrão da ANS para operadoras de planos de saúde, instituído pela RN n.º 472/2021, entrará em vigor a partir de 01/01/2022, requer a adoção dos seguintes pronunciamentos já emitidos, mas ainda não adotados até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade, sendo eles:

IFRS	CPC	Pronunciamentos	Data de entrada vigor ANS
IFRS 16	CPC 06 (R2)	Arrendamentos	1º/01/2022
IFRS 15	CPC 47	Receita de Contrato com Cliente	1º/01/2022

▪ **CPC 06 R2 (IFRS 16)**

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Com relação à natureza das despesas relacionadas com estes contratos, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com a junção do custo de depreciação dos ativos de direito de uso e da despesa de juros sobre os passivos de arrendamentos, passando a registrar em despesas financeiras. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

Até o encerramento deste relatório ainda não foi possível mensurar o impacto da adoção do CPC 06 sobre as demonstrações financeiras para o exercício 2022.

▪ **CPC 47 (IFRS 15)**

O CPC 47, conforme descrito no novo Plano de Contas da ANS, diz que o montante da receita proveniente de uma transação é geralmente acordado entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela entidade ao comprador,

Em atendimento ao novo plano de contas, a Entidade modificará a contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, passará a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas. Desta forma, no grupo de receitas constará apenas a taxa de administração cobrada. As modificações serão feitas a partir de janeiro de 2022

5 Disponível

Modalidade	2021	2020
Caixa	12.180	12.082
Bancos conta movimento	59.309	718.629
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	12.272.011	13.862.486
	12.343.500	14.593.197

- (i) Composto substancialmente por aplicações financeiras em poupança e em fundos de investimentos dos recursos recebidos por meio de subvenção municipal, estadual e/ou federal que possuem restrição de uso e que podem ser resgatadas exclusivamente para as finalidades definidas nas contratualizações e estão sujeitas a prestação de contas. Os recursos aplicados em poupança são remunerados pelos rendimentos da caderneta de poupança e o fundo de investimento remunerados com referência ao CDI.

6 Aplicações financeiras

Descrição	2021	2020
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		
Depósitos Bancários a Prazo - CDB/RDB	2.878.108	2.148.869
	2.878.108	2.148.869

As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.

7 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2021	2020
Contraprestações pecuniárias a receber		
Planos individuais familiares	141.248	111.396
Planos coletivos empresariais	104.994	238.276
(-) Provisão para perdas sobre créditos (i)	(108.215)	(88.422)
	138.027	261.250
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		
Planos individuais familiares	2.320	2.680
Planos coletivos empresariais	2.163	1.966
	(1.982)	4.646
	2.501	265.896

- (i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

8 Créditos de oper.de assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2021	2020
Convênio SUS – contratualização (i)		
Recurso Federal	1.306.845	571.230
Recurso Municipal	201.219	160.587
	1.508.064	731.817
Convênios diversos		
Convênios a receber	180.555	96.201
Contas particulares	4.800	4.928
Outras contas a receber	600	700
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (ii)	(603.285)	(23.384)
	(417.330)	78.445
	1.090.734	810.262

(i) Trata-se de subvenções a receber registradas nos montantes de valores contratuais de convênios autorizados.

(ii) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade dos créditos vencidos há mais de 90 dias

9 Bens e títulos a receber

Descrição	2021	2020
Estoque (i)	2.116.792	1.635.417
Cheques a receber	-	800
Adiantamentos	200.138	573.205
	2.316.930	2.209.422

(i) Substancialmente composto por materiais e medicamentos hospitalares utilizados no atendimento assistencial.

10 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo + reavaliação	Depreciação acumulada	2021	2020
				Líquido	Líquido
Terrenos	-	2.133.848	-	2.133.848	2.133.848
Instalações e edificações	2%	5.948.974	(1.818.837)	4.130.137	3.135.058
Móveis e utensílios	5% a 33,33%	818.545	(323.934)	494.611	553.896
Veículos	20%	557.087	(236.229)	320.858	246.561
Máquinas, equipamentos e aparelhos	1% a 100%	8.993.825	(3.406.576)	5.587.249	4.603.310
Equipamentos de informática	20%	436.753	(224.726)	212.027	147.297
Imobilizações em curso		472.311	-	472.311	957.249
		19.361.343	(6.010.302)	13.351.041	11.777.219

b Movimentação líquida

	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	12.897.384	(4.037.483)	8.859.901
Adições	3.642.529	(725.211)	2.917.318
Baixas	(31.553)	31.553	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.508.360	(4.731.141)	11.777.219
Adições	2.852.983	(1.279.161)	1.573.822
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.361.343	(6.010.302)	13.351.041

A Administração da Entidade realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, nos exercícios, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto a recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2021	2020
Provisão para prêmio/ contraprestação não ganha – PPCNG (i)		
Planos individuais/familiares	194.099	178.444
Planos coletivos empresariais	691.986	728.390
	886.085	906.834
Provisão de eventos a liquidar para o SUS (ii)		
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	36.111	35.652
Percentual histórico x ABI	13.004	15.386
	49.115	51.038
Provisão de eventos a liquidar (iii)		
Rede Conveniada	2.130.274	2.326.410
	2.130.274	2.326.410
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv)		
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	353.357	88.375
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA SUS	21.388	-
	374.745	88.375
	3.440.219	3.372.657

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas Entidades de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 6. A Entidade possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) A provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG é constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.
- (ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: refere-se a cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9.656/1.998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde.
- (iii) Provisão de eventos a liquidar: representa valores relativos à prestação de serviços médicos efetuados para a Entidade em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.
- (iv) Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA: registrada com base em nota técnica atuarial aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Entidade por falta de avisos. O valor apresentado em 31 de dezembro de 2019 corresponde ao valor total constituído com base na aprovação pela ANS da metodologia própria de cálculo da provisão, baseada em estudo técnico atuarial. Para a PEONA SUS a operadora deve estar em consonância com os dados de ressarcimento ao SUS

divulgados mensalmente pela ANS. O fator individual utilizado no cálculo da PEONA SUS, conforme divulgado pela ANS, foi de 45%.

Adicionalmente as operadoras de planos de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 451/2020, RN 227/2010, RN 392/2015, RN 393/2015 e alterações vigentes:

- Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA): representa o valor do capital mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$ 9.726.595 para 31 de dezembro de 2021 (R\$ 8.977.014 em 2020), multiplicado pelo fator $K=4,35\%$ que equivale a R\$ 423.107 (R\$ 390.500 em 2020) e;
- Margem de Solvência: Determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Plano de Saúde deverá atingir. Esse critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:
 - a.1** 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (dez por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou:
 - Modalidade de preço preestabelecido: R\$ 41.013.924 em dezembro de 2021 (R\$ 38.348.569 em 2020);
 - Modalidade de preço pós-estabelecido: não possui.
 - a.2** 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 (trinta e seis) meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou:
 - Modalidade de preço preestabelecido: R\$ 93.765.396 em dezembro de 2021 (R\$ 82.994.539 em 2020); e;
 - Modalidade de preço pós-estabelecido: não possui.

A Margem de Solvência Parcial Exigida apresentada é de R\$ 423.107 (R\$ 390.500 em 2020) e o Patrimônio Líquido Ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 19.046.008 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 19.012.191 em 2020). Sendo assim, a Entidade encontra-se suficiente em 2021 e 2020.

12 Débitos com Operação de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prestadores de serviços de assistência à saúde	<u>1.241.638</u>	<u>1.098.664</u>
	<u>1.241.638</u>	<u>1.098.664</u>

13 Empréstimos e financiamentos

<u>Modalidade</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Capital de giro	<u>728.906</u>	<u>774.302</u>

14 Débitos diversos

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Obrigações com pessoal		
Salários a pagar	655.164	606.939
Provisão de férias e encargos	1.231.069	1.076.578
Outras obrigações com pessoal	<u>308.214</u>	<u>139.515</u>
	<u>2.194.447</u>	<u>1.823.032</u>
Fornecedores		
Fornecedores de bens	1.247.756	885.041
Fornecedores de serviços	<u>501.710</u>	<u>785.848</u>
	<u>1.749.466</u>	<u>1.670.889</u>
Subvenções a realizar (i)		
Subvenção federal	626.754	493.611
Subvenção estadual	419.964	673.625
Subvenção municipal	<u>1.684.755</u>	<u>2.073.538</u>
	<u>2.731.473</u>	<u>3.240.774</u>
Débitos diversos		
Outras obrigações	<u>341.369</u>	<u>143.041</u>
	<u>341.369</u>	<u>143.041</u>
	<u>7.016.755</u>	<u>6.877.736</u>

- (i) Refere-se as subvenções para custeio e para investimento que ainda não foram apropriadas como receita pelo fato de não ter ocorrido o consumo dos materiais médicos e medicamentos e não ter ocorrido a depreciação dos bens adquiridos, respectivamente.

15 Provisões para ações judiciais e Depósitos judiciais e fiscais

A Entidade é parte envolvida (polo passivo) em ações tributárias, trabalhistas e cíveis, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Empresa decidiu com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis. Existem depósitos judiciais suportando as demandas.

O saldo da provisão para contingências e dos depósitos e bloqueios judiciais, estão compostos da seguinte forma:

Natureza	2021		2020	
	Provisão para contingência	Depósito judicial	Provisão para contingência	Depósito judicial
Cíveis	356.000	109.172	356.000	109.171
Trabalhistas	110.000	-	110.000	-
Ressarcimento ao SUS	-	-	-	-
	466.000	109.172	466.000	109.171

16 Passivos contingentes

Estão sendo discutidas ações indenizatórias, cíveis e trabalhistas cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2020 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível ou remota, mas não provável, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2021	2020
Contingências cíveis	344.764	309.683
Trabalhistas	50.000	50.000
	394.764	359.683

Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

17 Patrimônio Líquido

a Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

b Reserva de doações patrimoniais

Reserva constituída pelas doações recebidas de terceiros em exercícios anteriores.

c Reserva de reavaliação

Constituída em anos anteriores, representada pela mais valia do ativo imobilizado de uso da Entidade.

d Superávit acumulado

O superávit acumulado em 2021 de R\$ 61.363 deve ser destinado ao patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras em Assembleia Geral Ordinária da Entidade.

18 Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido – Carteira de planos individuais/familiares após Lei 9.656/1998

<u>Descrição</u>	<u>Consulta médica</u>	<u>Exames</u>	<u>Terapias</u>	<u>Internações</u>	<u>Outros atendimentos</u>	<u>Demais despesas</u>	<u>Total</u>
Rede própria	36.416	54.735	413	815.190	71.696	1.349.975	2.328.425
Rede contratada	567.826	643.706	161.019	403.370	27.406	792.435	2.595.762
	604.242	698.441	161.432	1.218.560	99.102	2.142.410	4.924.187

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2021 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

A Entidade registra contabilmente os valores segregados entre ato principal e atos auxiliares.

19 Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2021	2020
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar		
Serviços hospitalares e ambulatoriais - atendimento particular	1.509.630	626.149
Serviços hospitalares - outros convênios	1.494.944	732.569
	3.004.574	1.358.718
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar – SUS		
Serviços hospitalares, ambulatoriais, retaguarda, plantões	6.986.378	5.489.789
Apoio a gestão	753.360	658.800
IAC - Incentivo a contratualização	2.305.361	2.305.361
	10.045.099	8.453.950
Outros ingressos/ receitas operacionais		
Subvenções	4.884.876	3.808.947
Contribuições e doações	84.217	174.708
Isenções usufruídas	3.549.611	3.033.991
Outros ingressos	794.132	600.584
	9.312.836	7.618.230
	22.362.509	17.430.898

20 Outros dispêndios/ despesas operação de assist. à saúde não relacionado com planos de saúde da operadora

Descrição	2021	2020
Despesas com prestação de serviços do SUS		
Pronto socorro	(613.345)	(438.210)
Contratualização	(513.248)	(400.821)
Exames e diagnósticos	(67.053)	(59.163)
Retaguarda	(1.332.000)	(1.177.500)
Ambulatório	(790.764)	(584.320)
Transporte de paciente	(1.000)	(6.000)
	(3.317.410)	(2.666.014)
Despesas com prestação de serviços		
Prestação de serviços	(574.385)	(465.267)
Plantões	(3.626.081)	(2.727.845)
Retaguarda	(1.020.000)	(864.000)
Direção e coordenação clínica	(726.616)	(486.750)
Serviços diversos	(530.955)	(450.644)
(-) Rateio do custo da rede própria	1.834.376	1.551.942
	(4.643.661)	(3.442.564)
Outras Despesas Operacionais		
Materiais e medicamentos	(8.521.682)	(6.070.907)
Gêneros alimentícios	(406.877)	(266.549)
Despesas operacionais diversas	(858.737)	(304.857)
(-) Rateio do custo da rede própria	4.632.807	3.115.324
	(5.154.489)	(3.526.989)
	(13.115.560)	(9.635.567)

21 Despesas administrativas

Descrição	2021	2020
Pessoal próprio	(9.362.679)	(7.439.415)
Serviços de terceiros	(536.914)	(484.778)
Localização e funcionamento	(2.823.890)	(1.888.584)
Publicidade e propaganda institucional	(519.445)	(499.082)
Tributos	(36.388)	(48.204)
Diversas	(110.944)	(124.554)
	<u>(13.390.260)</u>	<u>(10.484.617)</u>

22 Resultado financeiro líquido

Descrição	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	573.611	255.320
Juros por recebimentos em atraso	54.268	46.804
	<u>627.879</u>	<u>302.124</u>
Despesas financeiras		
Encargos financeiros empréstimos financiamentos	-	-
Descontos concedidos	(153.765)	(75.207)
Encargos por pagamentos em atraso	(4.261)	(16.120)
Despesas bancárias	(26.759)	(28.652)
Outros	-	-
	<u>(184.785)</u>	<u>(119.979)</u>
	<u>443.094</u>	<u>182.145</u>

23 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

a Assalariados

Mês de competência	Base de cálculo			2021	2020
		INSS 26,80%	PIS 1,00%	Total	Total
Janeiro	856.167	229.453	8.562	238.015	196.714
Fevereiro	837.353	224.411	8.374	232.785	193.425
Março	859.904	230.454	8.599	239.053	197.592
Abril	910.022	243.886	9.100	252.986	202.413
Maio	918.574	246.178	9.186	255.364	206.713
Junho	935.235	250.643	9.352	259.995	228.320
Julho	968.978	259.686	9.690	269.376	228.000
Agosto	993.662	266.302	9.937	276.239	232.114
Setembro	982.759	263.379	9.828	273.207	230.742
Outubro	994.672	266.572	9.947	276.519	236.179
Novembro	970.422	260.073	9.704	269.777	241.500
Dezembro	952.373	255.236	9.524	264.760	231.628
13º salário	849.980	227.795	8.500	236.295	203.563
	<u>12.030.101</u>	<u>3.224.068</u>	<u>120.303</u>	<u>3.344.371</u>	<u>2.828.903</u>

24 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

O entendimento da Administração da Entidade é que suas rendas decorrem de suas operações próprias e, portanto, não são sujeitas à tributação. O conceito de “operação própria” é definido como sendo qualquer atividade ou transação cuja renda viabilize, no todo ou em parte, exclusivamente, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que possa afetar de maneira significativa a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

As declarações de rendimentos da Entidade estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais por período prescricional de cinco anos.

25 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e o Parecer Técnico nº 562/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.108719/2021-51, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, a Portaria nº 863, de 26 de agosto de 2021 deferiu a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto, CNPJ nº 52.852.100/0001-40, com sede em Monte Alto (SP). A renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

26.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Entidade participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Entidade não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2021 e 2020.

26.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Entidade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Entidade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Entidade não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Entidade não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.1 Risco de taxas de juros

A Entidade não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Entidade não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial

A Entidade não está exposta a riscos cambiais.

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Nota	2021	2020
Disponível	5	12.343.500	14.593.197
Aplicações financeiras	6	2.878.108	2.148.869
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	7	140.528	265.896
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da Entidade	8	1.090.734	810.262
Bens e títulos a receber	9	2.316.930	2.209.422
		<u>18.769.800</u>	<u>20.027.646</u>

b.2 Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As Entidades de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria Entidade, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as Entidades de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Entidade investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

26.3 Gestão de capital

Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Entidade para oferecer benefícios às partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade possui, aproximadamente, 52% (38% em 2019) do seu ativo total registrado como disponível e aplicações financeiras.

27 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit do exercício	61.363	6.647.202
Ajustes:		
Depreciações e amortizações	1.279.318	725.211
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	265.621	(135.410)
Provisão para perdas sobre créditos	601.676	(35.299)
Outros ajustes para conciliação do resultado	(175.644)	-
	<u>2.032.334</u>	<u>7.201.704</u>
(Aumento) redução nos ativos:		
Aplicações financeiras	1.590.475	(2.966.254)
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(729.239)	(347.304)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	103.593	(98.668)
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora.	(860.373)	39.223
Bens e títulos a receber	(107.508)	(1.382.762)
Despesas antecipadas	(27.547)	(157.287)
Depósitos judiciais	(1)	54.285
	<u>(30.600)</u>	<u>(4.858.767)</u>
Aumento (redução) de passivo		
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assist.	(198.059)	(28.770)
Débitos de operações de assistência à saúde	277	-
Débitos com oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	142.974	282.371
Tributos, contribuições e encargos sociais	(18.424)	82.128
Débitos diversos	139.020	1.573.993
	<u>65.788</u>	<u>1.909.722</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	<u>2.067.522</u>	<u>4.252.659</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	<u>2.067.522</u>	<u>4.252.659</u>

28 Cobertura de seguro

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900

E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.